

APRESENTAÇÃO

Muito nos apraz poder apresentar mais uma edição da **Revista Direito e Sexualidade**, que segue atendendo seu objetivo primordial de gerar a difusão do conhecimento jurídico relacionado ao universo da sexualidade, atendendo às diretrizes preconizadas quando da constituição do Grupo de Pesquisa “Direito e Sexualidade”, certificado pelo CNPq e liderado por Leandro Reinaldo da Cunha, Professor Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

Essa edição é lançada em um momento de muitas novidades e conquistas relacionadas ao projeto como um todo, sendo de se ressaltar a consolidação da revista que, além de inúmeros indexadores importantes, passa agora a constar do Qualis. O grupo agora conta também com uma coluna no Portal Migalhas e um canal no Spotify onde os textos podem ser acessados na modalidade áudio. E muitas outras novidades ainda estão por vir

Coroando esse semestre tão profícuo temos a presente edição da Revista Direito e Sexualidade (RevDirSex) – v.4, n. 1 – que conta com o Editorial “As novas diretrizes para o nome e sexo/gênero no ordenamento jurídico pátrio”, de autoria do Professor Leandro Reinaldo da Cunha, discorrendo sobre as novas possibilidades de inserção de informação quanto ao nome e sexo nos documentos em decorrência de alterações legislativas.

Entre os artigos científicos a revista traz “REFLEXÕES SOBRE O DIREITO AO TRABALHO NO BRASIL SOB A ÓTICA DA TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS E DA INTERSECCIONALIDADE” de Damaris de Oliveira; “DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA PARA QUEM? EMPECILHOS E DESAFIOS NA DOAÇÃO DE SANGUE DE PESSOAS LGBTQIAP+ À LUZ DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL” de Bruno Santos Neves e Alex Fiori da Silva; “A INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS 9.263/1996 E 14.443/2022. GÊNERO E BIOPOLÍTICA” de Gabriela Cristina Covalchuk, Lara Bianca Pinto Vieira e Natália Moritz Alfonzo; “ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE (ESG). UMA ANÁLISE SOBRE O PARADIGMA SOCIAL DAS EMPRESAS BRASILEIRAS ENQUANTO ALIADAS AO MOVIMENTO LGBTQIAPN+” de Daniel Serra de Souza e Teresa de Oliveira; “TIPOLOGÍA CRIMINAL DE LAS AGRESIONES SEXUALES MÚLTIPLES EN ESPAÑA. UN ESTUDIO A PARTIR DEL CRIME SCRIPTING”, de María José Rodríguez Mesa; “ADOÇÃO HOMOAFETIVA. A CONSTRUÇÃO DE UMA FAMÍLIA ATRAVÉS DO AFETO”, de Ludmylla Silva de Oliveira e Carlos Eduardo Romeiro Pinho; “THE GENDER PRINCIPLE IN LAW AS A GUARANTEE OF EQUALITY IN LEGAL

REGULATION”, de Liudmyla Protosavitska, Nataliia L. Omelchenko , Nadiia I. Kuderska , Liudmyla O. Samilyk e Iryna Andrusiak; “ESTEREÓTIPO DE GÊNERO E O ENTENDIMENTO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO CASO ‘BARBOSA DE SOUZA E OUTROS VS. BRASIL’”, de Ana Clara Cunha Daltro; e, finalmente, “O RECONHECIMENTO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA PELO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO COMO UM MECANISMO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL”, de Juliana Adono da Silva.

Nessa edição ainda temos a oportunidade de trazer a tradução do sumário executivo “ATLETAS TRANSGÊNERO E ESPORTES DE ELITE: UMA REVISÃO CIENTÍFICA“, uma importante pesquisa realizada pelo Canadian Centre for Ethics in Sports que compilou anos de estudos sobre o impacto da participação de mulheres transgênero nos esportes de elite e constatou, ao fim e ao cabo, que não há evidências de que a sua presença competindo com mulheres cisgênero traria alguma vantagem competitiva injusta.

A possibilidade de contar com artigos científicos apresentados por pesquisadores de outros países, a autorização para a tradução em língua portuguesa de um dos estudos mais relevantes dos últimos anos sobre identidade de gênero e esportes, os inúmeros indexadores, a conquista do Qualis, a manutenção das pesquisas de alto nível são demonstrativos de que o “direito e sexualidade” encontra nessa revista um de seus grandes expoentes. O tempo tem mostrado o quanto o mundo acadêmico, especialmente o jurídico, necessita de iniciativas que visem cuidar dos anseios e urgências que permeiam a vivência dos grupos vulnerabilizados em razão de sua sexualidade.

E, reiterando o que já é uma marca das apresentações dessa revista, sabemos que o caminho é árduo, que a necessidade de manter-se ativo na travessia dos campos nem sempre floridos das lutas das minorias sexuais é indispensável, e seguiremos cumprindo o mister de buscar meios para uma sociedade mais diversa e cumpridora dos parâmetros indissociáveis de um estado democrático de direito.

Como de costume, se faz o convite para a leitura de mais uma edição da nossa revista.

Leandro Reinaldo da Cunha

Editor Científico da Revista Direito e Sexualidade
(RevDirSex)